

Educação e escolarização: dois polos distintos e complementares da construção cultural do indivíduo

Educación y escolarización: dos polos distintos y complementarios de la construcción cultural del individuo

João Henrique Magalhães da Silva

Graduado em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH) do Centro de Ensino Superior do Brasil (CESB), graduando em História pelo Centro Universitário Claretiano. Especialista em Docência do Ensino Superior, Inspeção, Orientação e Supervisão Escolar, pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). Atualmente é professor de filosofia no ensino médio na rede estadual de Minas Gerais.

E-mail: jhmspo@hotmail.com

Fabrcio da Silva Brandão

Graduado em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH) do Centro de Ensino Superior do Brasil (CESB). Especialista em Docência do Ensino Superior, Inspeção, Orientação e Supervisão Escolar, pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM).

E-mail: fabriciobrandao2@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os conceitos de educação e de escolarização, situando a família e a escola, cada qual com sua participação e função no processo educativo, sendo papel primordial da família realizar a transmissão de valores e o disciplinamento, pela imposição de limites, e da escola, por conseguinte, transmitir o conhecimento, por meio de conteúdos curriculares necessários para a formação do indivíduo. E, ainda, ressaltar a importância da parceria escola-família no processo de transmissão da cultura, se ajudando mutuamente, ao invés de ficarem se culpando pelo fracasso dos filhos-alunos.

Palavras-chave: Educação. Escolarização. Escola. Família.

Resumen: La presente investigación tiene como objetivo presentar los conceptos de educación y escolarización, situando a la familia ya la escuela, cada cual con su participación y función en el proceso educativo. Es papel primordial de la familia realizar la transmisión de valores y el disciplinamiento, por la imposición de límites, y de la escuela, en seguida, transmitir el conocimiento por medio de contenidos curriculares necesarios a la formación del individuo. Además, resaltar la importancia de la asociación escuela-familia en el proceso de transmisión de la cultura, ayudándose mutuamente en lugar de quedarse culpando por el fracaso de los hijos-alumnos.

Palabras-clave: Educación. Escolarización. Escuela. Familia.

1 Introdução

O ato de educar está passando por um processo de inversão de valores e responsabilidades. Na sociedade contemporânea, seja pelos afazeres de casa, seja pelo trabalho externo, cada vez menos os pais têm tempo para ficar com os filhos e educá-los, deixando isso a cargo de avós, babás ou até mesmo da mídia, em que crianças passam muito tempo em contato com a televisão e a tecnologia, muitas vezes sem o controle do conteúdo assistido ou acessado.

E, ainda, pais que não conseguem impor limites aos filhos e transmitir valores a eles delegam à escola e aos educadores essa função e enxergam o período em que os filhos passam na escola como um tempo de descanso, como se os filhos representassem um peso para eles, e enxergam as férias escolares como um fardo, pois são obrigados a passarem mais tempo ao lado de filhos indisciplinados e mal-educados.

Esta pesquisa objetiva, primeiramente, realizar a diferenciação dos conceitos educação e escolarização, em que o primeiro refere-se aos valores que devem ser aprendidos em casa, no seio familiar, e o segundo refere-se ao conhecimento e letramento do indivíduo, assimilando conteúdos para aplicá-los de forma refletida.

Com isso, posteriormente, demonstrar que a educação é responsabilidade da família, pela qual o indivíduo deve receber os primeiros ensinamentos. E a escola é responsável por transmitir o conhecimento a uma criança, que já deve chegar ao ambiente escolar previamente educada, não que a escola também não seja responsável pela educação, mas é em nível secundário.

Por conseguinte, é importante ressaltar a necessidade de uma parceria escola-família, em um processo dialético de colaboração, em que nenhuma das partes pode se omitir de suas funções e obrigações, para que os processos educativos e de escolarização sejam eficazes, sendo capazes de lapidar indivíduos para que estes saibam conviver em sociedade e aplicar os conhecimentos adquiridos na escola em sua vida.

2 Revisão da literatura

Desde a Antiguidade, a educação dos mais jovens era objeto de atenção, principalmente dentro do grupo familiar. Segundo Cambi (1999), a família, em todas as sociedades, é a primeira responsável pela socialização do indivíduo, e é onde esse indivíduo aprende a reconhecer a si, construindo sua identidade e aos outros, reconhecendo-se como pertencente ao grupo, aprende a comunicar e a falar e, depois, aprende comportamentos, regras, sistemas de valores, concepções do mundo, de acordo com a cultura na qual está inserido.

Pode-se dizer que a família é a primeira instituição que exerce uma função reguladora da identidade física, psicológica e cultural do indivíduo, agindo sobre ele através de uma grande influência de cunho ideológico, ou seja, por meio da autoridade familiar se transmitem os costumes e hábitos necessários para que o sujeito seja inserido de forma satisfatória no grupo social ao qual ele pertence.

Esse era também o papel da família na Antiguidade, na qual se caracterizava ora como família patriarcal, ampliada, coincidente com a *gens* ou *genas* (estirpe), como a definiram os latinos e os gregos, ora como relação pais-filhos, mas sempre segundo um modelo autoritário que vê o pai quase como um *deus ex machina* da vida familiar. É da união das famílias, portanto, que nasce a comunidade social que dará vida à própria pólis (CAMBI, 1999, p. 80).

Depois, segundo Brandão (2007), quando a sociedade separa e, aos poucos, estabelece uma divisão social do trabalho, fazendo a distinção do que faz, o que se sabe com o que se faz e o que se faz com o que se sabe, é quando, entre as categorias de especialidades sociais, surgindo as de saber e de ensinar a saber. Esse é o começo do momento em que a educação vira o ensino, surge então a pedagogia, que converte a aldeia à escola, há uma mudança de referencial, pois os ensinamentos, que antes eram responsabilidade do grupo tribal, são transferidos para a figura do educador.

Na atualidade, tem se destacado muito a discussão acerca do que é papel da família e o que é função da escola no que se refere à educação e escolarização. Assim sendo, antes de se desenvolver o estudo propriamente dito, adiante serão apresentadas contribuições de alguns autores, que dizem respeito ao tema proposto nesta pesquisa.

2.1 *Inger Enkvist: as socializações primária e secundária*

De acordo com Enkvist (2014), a família é responsável pela socialização primária da criança, no caso deste estudo, representa a educação, que se refere aos cuidados com o corpo e a interação e o relacionamento com o mundo através da linguagem. Isso se torna a preparação para a socialização secundária, que diz respeito à educação escolar, ou seja, à escolarização. Portanto, tanto a família quanto a escola são responsáveis pela transmissão cultural.

As instituições de ensino estão passando por um momento turbulento, pois a primeira socialização, que é missão da família, não está se realizando de forma satisfatória, cabendo à escola se desdobrar para realizar as duas socializações.

Segundo o autor, é responsabilidade da família disciplinar os filhos, pois “a disciplina é a base do futuro equilíbrio mental do jovem porque pré-dispõe para a responsabilidade. Os bons costumes, além disso, estão relacionados com a aceitação de limites; um jovem que não entende o conceito de limite se torna insolente e insuportável” (ENKVIST, 2014, p. 16).

Isso é possível quando se ignoram as más condutas e se elogiam os bons costumes. Os pais devem ter o controle sobre seus filhos, pois se estes crescem com plena liberdade de fazerem o que quiserem, sem limites e sem o reconhecimento da autoridade dos pais, é um malefício para a educação quando os filhos têm domínio sobre seus educadores.

No que concerne à escolarização, Enkvist (2014, p. 30) diz que sua meta “é que a criança se transforme em um adulto maduro, racional, culto e responsável”. E segundo o autor, para que o professor exerça sua função com credibilidade, é preciso que ele tenha conhecimento suficiente para exercer tal função, para que ele não seja inferiorizado e ridicularizado perante os alunos.

E ainda ressalta que “o professor possui o posto que desempenha por encargo da sociedade. Não é o empregado dos pais nem o escravo dos alunos” (ENKVIST, 2014, p. 30). E se a sociedade retira a confiança na figura do professor, terá o cumprimento de sua função como educador comprometido, porque lhe faltará autoridade para o exercício de sua atividade.

Então, para que o processo educativo seja eficaz, é preciso que os pais cumpram sua função de educar, impondo limites aos filhos, e que a escola tenha o respaldo da sociedade em sua autoridade de ensinar e transmitir cultura.

2.2 Fernando Savater: o eclipse da família e a sobrecarga sobre a escola

As crianças, principalmente nos anos iniciais, passam muito mais tempo fora da escola do que dentro dela. Antes então de ter contato com os professores, elas experimentam, de forma abundante, a influência educativa do ambiente familiar e do meio social em que vivem. E esse contato será decisivo para a educação primária, também chamada de socialização primária. A socialização secundária, depois, fica a cargo da escola, de grupos de amigos e do ambiente de trabalho.

Na família a criança aprende - ou deveria aprender - atitudes tão fundamentais como falar, hábitos de higiene, se vestir, obedecer aos maiores, proteger aos mais pequenos (ou seja, conviver com pessoas de diferentes idades), compartilhar alimentos e outros dons com os que a rodeiam, participar em brincadeiras coletivas respeitando as regras, rezar (se a família é religiosa), distinguir o que é bom e o que é ruim segundo as normas da comunidade em que estão inseridas, etc. (SAVATER, 1997, p. 26).

Se a primeira socialização ocorre de maneira satisfatória, a segunda ocorrerá de forma muito mais frutuosa, pois, de acordo com Savater (1997), terá uma base sólida para sustentar os ensinamentos, do contrário, professores e amigos despenderiam muito tempo para polir e civilizar, ou seja, para tornar o indivíduo apto para o convívio social. Mas, atualmente, “este protagonismo para o bem ou para o mal da família na socialização primária dos indivíduos atravessa um indubitável eclipse na maioria dos países, o que constitui um sério problema para a escola e para os professores” (SAVATER, 1997, p. 27).

As crianças devem ser educadas para serem adultas, e não para continuarem a ser crianças. São educados para que cresçam e se tornem pessoas melhores, e não para que não cresçam, pois, bem ou mal, vão crescer de qualquer modo. Se os pais não exercem sua autoridade amorosa sobre seus filhos, ajudando-os a crescer, preparando-os para se tornarem adultos, as instituições (escolas ou outras) que vão ser obrigadas a mostrar-lhes a realidade, sem amorosidade, talvez até pela imposição ou pela força.

Portanto, na concepção de Savater (1997), a tarefa da escola é complicada por dois motivos. Primeiro, por ter de encarregar-se de muitos elementos da formação básica referentes à consciência social e moral das crianças que antes era responsabilidade da família, a chamada socialização primária. E depois ainda tem que suscitar o princípio de realidade, que é necessário para que concordem em submeter-se

ao esforço em aprender um conteúdo que é anterior ao próprio ensino, mas devem administrar junto com os conteúdos secundários da educação, que é a socialização secundária.

2.3 Içami Tiba: os limites são necessários

Para Içami Tiba, psiquiatra, psicodramatista, conferencista e psicoterapeuta de jovens e famílias, os filhos necessitam de limites, há que se ter um equilíbrio entre proteção e cobrança. A superproteção, em que, segundo Tiba (2002), tudo que o filho faz é maravilhoso, e ele é a melhor criança do mundo, e os errados são sempre os outros, é muito prejudicial, porque “criança se aproveita. Sente-se liberada para cometer uma grande delinquência, porque depois é só agradar um pouco a mãe e nada acontece. Todo delinquente só vai em frente porque encontra o terreno livre” (TIBA, 2002, p. 40). Então, se a criança tem um comportamento inadequado e não se faz uma correção, ela se sentirá à vontade e livre para realizar determinada ação novamente.

E também a cobrança excessiva, que só reconhece nos filhos os aspectos negativos de suas ações, também não ajuda. “As crianças precisam ser protegidas e cobradas de acordo com suas necessidades e capacidades. Protegidas nas situações em que elas não conseguem se defender e cobradas naquilo que estão aptas a fazer” (TIBA, 2002, p. 39). Não se pode dizer sempre sim, para não se criar um indivíduo indisciplinado.

Educar não é uma tarefa fácil, pois é necessário ter tempo para escutar o filho antes de formar uma opinião, tempo é algo que se encontra escasso. É preciso ser também um bom observador para saber em quais momentos os filhos necessitam de ajuda, pois nem sempre eles falam de suas necessidades.

É preciso ter sempre uma relação dialógica com o filho, para identificar onde ele falhou e, assim, poder orientá-lo para que possa aprender com o erro e não volte a repeti-lo, ensinando a assumir as consequências de seus erros, ao invés de simplesmente castigá-lo. É preciso não assumir a responsabilidade pela resolução de todos os problemas dos filhos, mas ajudá-los a buscar uma solução, sendo responsáveis pelos seus atos.

De acordo com Tiba (1996), na teoria, a família seria responsável pela formação do indivíduo, e a escola, por conseguinte, responsável por sua informação. A escola nunca deveria substituir os pais na responsabilidade pela educação de sua prole, pois os filhos são para sempre filhos, e os alunos ficam apenas parte do tempo ligados às instituições de ensino que frequentam.

A escola seria responsável por transmitir o conhecimento e, para que se tenha um bom rendimento escolar, é preciso disciplina dos professores, que também devem obedecer a normas, e não trabalhar da forma que bem entendem, pois ali representam a instituição, e não sua individualidade com suas vontades próprias.

O aluno também precisa ser disciplinado, daí a importância de já estar consciente da aceitação de limites e normas, algo que já deve ter aprendido em casa. Da mesma forma que na família, o estudante não pode ser superprotegido, pois um professor que trabalha numa instituição que sempre protege o aluno, o cliente, independentemente do fato de este estar certo ou errado, o profissional não vai ter o

respaldo da instituição quando precisa, nem credibilidade junto aos alunos. Portanto, limites e disciplina começam a ser aprendidos em casa e são aperfeiçoados na escola.

2.4 Educação e escolarização: duas responsabilidades distintas e complementares

Primeiramente, é mister estabelecer os conceitos educação e escolarização. Para Brandão (2007), não é possível ao ser humano não se submeter à educação, que, em sua maior parte, ocorre nas relações sociais, primeiramente no seio familiar, depois no convívio com os integrantes do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Em qualquer lugar onde não há escolas, pode haver educação, em todas as partes há a transmissão de cultura e valores inerentes a essa cultura de uma geração à outra, o indivíduo se torna apto à convivência e se torna um integrante do grupo quando recebe o ensinamento dos mais experientes. Não que na escola também não haja educação, mas talvez seja o lugar em que ela ocorra em menor proporção.

Já a escolarização se refere a uma “ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo” (PCN’S/MEC, 1997, vol. 1, p. 45). De acordo com Pereira (2009), a escolarização deve corroborar para que sejam suscitados sujeitos-autores-atores, ou seja, indivíduos que sejam capazes de atuar de forma autônoma, criativa, crítica, com responsabilidade, na sua vida individual e também na coletiva.

2.4.1 A família: instituição responsável pela educação

Nos séculos XX-XXI, vêm ocorrendo diversas transformações no âmbito sociológico, com relação aos papéis desempenhados dentro da sociedade e da instituição familiar. Já não há um único modelo de família, aquele em que há a presença de um pai, referência como provedor da casa; e a mãe, responsável pelos afazeres de casa e pelo cuidado com os filhos. Esse já não é o único modelo de família existente, se é que se pode dizer que exista um “modelo” de família, e essa não é a preocupação deste estudo. O importante é ressaltar aqui quais são as mudanças que ocorreram na sociedade e que alteraram as relações pais-filhos e dos pais com a responsabilidade pela educação de seus filhos.

O grupo familiar sofreu diversas modificações que o fizeram adquirir algumas características marcantes, tais como: controle da natalidade e métodos contraceptivos; aumento da expectativa de vida; número de componentes diminuiu, tanto em número de filhos, como também, em número de adultos; inserção da mulher no mercado de trabalho e alteração do papel doméstico atribuído só à mulher; ruptura da dinâmica tradicional provedor/homem e dona de casa/mulher; aceitação da dissolução do vínculo conjugal; busca da igualdade entre os sexos nas relações sociais (PEREZ, 2012, p. 13).

Todas essas alterações no panorama familiar, seguidas de uma excessiva ocupação por causa do trabalho, cada vez mais o contato dos adultos responsáveis pelas famílias com os filhos vem sendo reduzido. Segundo Cortella (2014), isso pode

ser agravado pela falta de paciência. E isso influencia diretamente na relação dos responsáveis por essas famílias com a educação dos filhos, pois estes esperam que, além de transmitir conteúdos, a escola também eduque seus filhos.

As sociedades ocidentais contemporâneas transferiram, pouco a pouco, os cuidados com as crianças das famílias para as escolas; a formação e informação cognitiva, moral, sexual, religiosa, cívica, etc., passou a ser entendida como uma tarefa essencial do espaço escolar, em substituição a uma convivência familiar cada vez mais restrita em qualidade e quantidade (CORTELLA, 2006, p. 47).

O que se nota é que cada vez menos as famílias têm tempo para *con-viver* com seus filhos, ou seja, participam de forma insatisfatória, quantitativa e qualitativamente, do processo educacional da prole. De acordo com Perez (2012), muitos pais não têm segurança ou se sentem incapacitados para educar seus filhos e acabam delegando à escola a função de aperfeiçoar a formação do educando. Enquanto isso, muitas vezes, o papel da família fica restrito apenas em garantir a frequência.

Outro problema é que, em muitos casos, a família já não representa mais uma referência para a formação valorativa de sua prole, sendo assim, ela deixa de cumprir sua função principal, que é a socialização primária. E, muitas vezes, coloca a perder também a socialização secundária, pois o que o educando aprende no ambiente escolar se torna ineficaz, quando, ao voltar a sua posição de filho, dentro da instituição familiar, o esforço da escola em garantir o mínimo de uma educação valorativa e ética é posto a perder em um ambiente onde não se positiva a educação recebida no ambiente escolar.

2.4.2 A escola: instituição responsável pela escolarização

O papel fundamental da escola é a escolarização, é transmitir conteúdos e fazer com que os alunos saibam conectar os ensinamentos com a sua realidade, sendo que a função dos estudos é estimular a dimensão cognitiva do indivíduo, que tem como componentes objetos do conhecimento, da memória, do pensamento abstrato, dos processos mentais e da capacidade, para se exercer um julgamento sobre determinada situação, estabelecer conexões de ideias.

Cada conhecimento adquirido ajuda na construção da relação do sujeito consigo mesmo e com os outros e com o mundo, até modificando, se necessário, a visão da realidade. Segundo Tiba (1996), um novo exercício intelectual enriquece o pensamento abstrato. E a cada informação adquirida, a memória é enriquecida, possibilitando o aperfeiçoamento do raciocínio. Tudo isso é possível por meio dos estudos, com o auxílio da instituição escolar.

Segundo Freire (2007), ensinar não é a simples transferência de conhecimento, mas, ao abordar os conteúdos de um currículo escolar, tem-se a obrigatoriedade também de criar as possibilidades para que ocorra uma produção própria de conhecimento. É preciso ensinar a se construir e elaborar conhecimento, e não simplesmente transferi-lo de forma mecânica.

Portanto, além de transmitir conteúdos, a escola deve incentivar para que os alunos pensem de forma reflexiva, o que, de acordo com Dewey (1979), ocorre quando há um estado de dúvida, de onde parte o pensamento, depois por meio de uma busca por materiais que possibilite uma investigação que extirpe a dúvida. É preciso, então, sair de uma educação bancária que consiste apenas na recepção de informações, sem diálogo com o mestre e sem uma análise crítica das informações, para a utilização do pensamento de forma consciente.

O pensamento é o que nos torna capazes para conduzir nossas ações com previsibilidade, tornando-nos competentes para planejar e alcançar objetivos de forma consciente. Nos capacita para atuar de forma deliberada e intencional, de acordo com a finalidade, para conseguir atingir objetivos ou conquistar o domínio daquilo que ainda está por vir, ou seja, de poder enxergar aquilo que está adiante, de forma refletida, é a capacidade de antecipar as consequências de nossas ideias e ações (LOPES; SILVA, 2016, p. 290).

Não que a escola só tenha a missão de transmitir conteúdos. Ela também exerce função de educar, mas se trata de uma educação problematizadora, que tem como função interpretar a realidade, conhecer os problemas relativos a essa realidade e possibilitar ao aluno uma intervenção que o auxilie na resolução de possíveis problemas. Portanto, de acordo com essa concepção de educação, os conteúdos estudados não são limitados à mera transmissão de informações, em que os alunos são vistos simplesmente como seres passivos, que se preocupam em consultar o conteúdo transmitido apenas quando são exigidas avaliações para mensuração da memorização dos conteúdos. Mas devem levar o estudante a ser protagonista de seu processo educativo, que deve ocorrer sempre de maneira dialética e participativa e que o prepare para poder intervir no mundo, de forma ativa, e não seja um mero expectador da realidade.

2.4.3 A família e a escola: juntas em colaboração na formação dos filhos-alunos

O primeiro passo para a educação é fazer com que a criança sinta que faz parte de uma família, que dela recebe afeto e instruções básicas que a faz uma integrante do grupo social no qual está inserida. É importante ressaltar que a família não se restringe apenas aos laços de sangue, mas também aos laços afetivos. E é nessa família que o indivíduo experimentará os sentimentos de alegria, amor, tristeza, frustrações, e é no seio familiar, por meio do diálogo, que vai ocorrer a superação dos momentos negativos e o reforço das experiências positivas.

De acordo com Sadovnik, Ecco e Nogaro (2013), é impossível a escola viver sem a família e a família sem a escola. E, “se de um lado a família se preocupar com a transmissão de valores e princípios e a escola com o processo de construção do aprendizado e do desenvolvimento do ser, por suas características, ambas devem andar lado a lado” (SADOVNIK; ECCO; NOGARO, 2013, p. 85).

Não cabe mais o jogo de empurra-empurra entre família e escola, é preciso que ambas as instituições se ajudem, contribuindo mutuamente para a educação do filho-

aluno, sendo suporte uma para outra, cada uma não só assumindo seu papel no processo educativo, mas também se auxiliando para que ele ocorra de forma eficaz. “É sempre bom repetir que ninguém substitui os pais na tarefa de educar, de socializar, de ensinar o que é certo e o que é errado, de formar cidadãos éticos e de dar valores aos filhos” (ZAGURY, 2002, p. 85).

Porém, diante de alguns paradigmas existentes na atualidade, cada vez mais a escola e os professores assumem o papel de fazer a socialização primária, ensinando valores e tendo que impor limites, diante da incapacidade da família em fazê-los.

Por outro lado, a relação família-escola não pode se restringir à reunião de pais, que, muitas vezes, é tratada como uma obrigação, um peso, em que o foco, geralmente, está em relatar situações-problema envolvendo o filho-educando, em que a instituição escolar exige uma postura da família em fazer a correção do mesmo e, em contrapartida, a família enxerga nessas situações-problema um problema a ser resolvido pela escola. “Outras oportunidades de inter-relações são os contatos informais, principalmente, na entrada e na saída das crianças, com conteúdos relacionados ao controle da rotina e do comportamento infantil” (PEREZ, 2012, p. 17).

É preciso estabelecer relações conjuntas, em que as duas instituições, família e escola, se auxiliem na construção do processo educativo do filho-aluno. É necessário colocar o educando no centro do processo educativo, tornando-o o sujeito, e não mero objeto do sistema de ensino.

A busca de uma boa relação entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tenha como foco a criança. Além disso, a escola também exerce função educativa junto aos pais, discutindo, informando, aconselhando, encaminhando os mais diversos assuntos, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover a educação integral da criança (PEREZ, 2012, p. 16-17).

A instituição escolar deve envolver os familiares, levando-os a se interessar e participar do convívio escolar, mostrando-lhes a importância dessa participação. É preciso que as famílias estejam engajadas em ações da escola, onde ambas as instituições possam atuar na promoção da cidadania. Além disso, as famílias precisam conhecer como funciona a estrutura escolar, nos âmbitos político e pedagógico. Assim, os pais ou responsáveis podem compreender melhor a atuação da escola e também os problemas enfrentados pela mesma, em sua tarefa, que corresponde à escolarização.

E, por outro lado, para que a escola possa auxiliar a família na educação de seus filhos, é preciso que ela conheça a realidade na qual está inserida, não há como haver uma instituição escolar alheia ao ambiente social dos seus alunos e de suas famílias, compreendendo também as dificuldades enfrentadas por elas no cumprimento de sua função, que é responsabilidade da educação de seus filhos.

O importante é que família e escola se respeitem mutuamente, cada uma respeitando a função que lhe cabe, sem se desautorizarem, e mais que isso, não é culpabilizando uma a outra que os problemas da educação vão ser resolvidos, e sim buscando ações conjuntas no enfrentamento das dificuldades.

3 Considerações finais

As mudanças socioantropológicas ocorridas nos séculos XX-XXI foram muitas. As pessoas, independentemente do gênero, possuem direitos cada vez mais igualitários, desempenham funções parecidas e buscam uma boa colocação social, a partir de uma boa preparação para o mercado de trabalho, de uma formação acadêmica e da busca de uma construção de uma sólida carreira profissional. Fatores esses são almejados para se construir uma vida do ponto de vista, principalmente, econômico, confortável.

Todas essas preocupações, por muitas vezes, se tornam empecilho tanto para se construir relações sólidas, no que se refere a um grupo social, na possível construção de laços de amizade, quanto em se estabelecer também laços conjugais e, conseqüentemente, constituir uma família. Devido a essa rotina cada vez mais acelerada, aqueles que se dispõem a formar família têm cada vez menos tempo para cuidar da educação de seus filhos, deixando de ser referência valorativa para eles.

Muitas vezes, a criação e educação da prole é delegada a alguma instituição pública, como creches e escolas, ou a algum parente, como avós, ou ainda ficam sob responsabilidade de alguém que é pago para desempenhar essa função. Em alguns casos, a socialização primária fica prejudicada, pois, muitas vezes, a preocupação fica somente voltada para as necessidades básicas, esquecendo-se da formação ética, moral e valorativa.

Ou, ainda, é muito comum, em ambientes familiares, crianças que crescem com uma liberdade excessiva, muitas vezes com o aval de pais e responsáveis, até mesmo para diminuir a sensação de culpa pela ausência na vida dos filhos. As crianças crescem sem um referencial e, muitas vezes, não reconhecem ou aceitam a autoridade dos responsáveis sobre ela.

Cada vez mais as relações familiares são prejudicadas quantitativa e qualitativamente. Com isso, as crianças crescem sem aprender a necessidade de imposição de limites, de forma amorosa e fraterna, prejudicando a socialização secundária, onde a sociedade irá cobrar do indivíduo, tanto no relacionamento dentro de um grupo social quanto no mercado de trabalho, disciplina e comprometimento. Dentro da socialização secundária não há espaço para satisfação de caprichos e vontades.

E o pior é que gerações que foram criadas dentro de moldes afrouxados agora são responsáveis por criar filhos e têm grande possibilidade de repetir com eles os mesmos erros cometidos por seus pais e responsáveis, criando também filhos folgados, pois é mais difícil transmitir algo que não conheceram.

Por isso, cada vez mais, a socialização primária fica defasada, sobrecarregando a escola, que se vê obrigada a desempenhar duas funções, realizar as socializações primária e secundária, que correspondem, assim, às tarefas de educar e escolarizar. Talvez a escola seja o primeiro lugar onde a criança encontre alguém que lhe imponha limites, o que acarreta problemas de indisciplina e desrespeito à figura do professor.

A sobrecarga sofrida pela instituição escolar gera desgaste, porque a mesma, ao mesmo tempo em que é responsável por transmitir conhecimentos necessários, para que a criança, futuramente, tenha competências para exercer a cidadania, ou para a

preparação para o mercado de trabalho, tem que assumir o papel da família, transmitindo também valores e tentando educar o indivíduo para o bom convívio social e para o respeito coletivo.

Porém, essa última tarefa é feita, pela escola, de maneira ineficaz, pois passa menos tempo com as crianças, em turmas muitas vezes numerosas e heterogêneas, não podendo atender de forma exclusiva às necessidades de cada um.

Para que não haja sobrecarga de nenhuma das instituições, familiar e escolar, é preciso que ambas ajam em conjunto, buscando se conhecer e ajudar mutuamente, e jamais se omitindo de suas obrigações, pois o indivíduo é, ao mesmo tempo, filho e aluno, não é possível separar essas duas realidades.

Então, antes de se pensar em constituir uma família com filho, é preciso fazer uma reflexão, podendo até ter Vinícius de Moraes como ponto de partida: “Filhos, melhor não tê-los?”. Se não for para educar, ensinando valores e impondo limites de forma amorosa, é melhor, então, não seguir adiante nessa tarefa de formar uma prole, pois filhos não são bonecos, que podem ser guardados quando não se quer mais brincar, eles necessitam de afeto e carinho, e não somente de satisfazer suas necessidades materiais básicas.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Não nascemos prontos!*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. *A escola passou a ser vista como um espaço de salvação*. Publicado em 17 de Maio de 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cortella-a-escola-passou-a-ser-vista-como-um-espaco-de-salvacao,1168058>>. Acesso em: mar. 2016.

DEWEY, John. *Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

ENKVIST, Inger. *Repensar a educação*. São Caetano do Sul: Bunker, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LOPES, José Ivan; SILVA, João Henrique Magalhães. O pensar reflexivo como objetivo do processo educativo na perspectiva de John Dewey. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 07, n. 01, p. 286-302, 2016.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Vol.1. *Introdução aos parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PEREIRA, Ana Maria. A educação escolarizada deve ensinar o homem a conhecer, fazer, viver juntos e ser. In: *IX EDUCERE (Congresso Nacional de Educação)*, PUCPR, 2009, p. 5624-5635.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Infância e escolarização: discutindo a relação família, escola e as especificidades da infância na escola. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 11-25, jan./jun. 2012.

SADOVNIK, S.; ECCO, I.; NOGARO, A. A interrelação família-escola na formação de filhos/alunos. *Revista Perspectiva*, Erechim. v.37, n.140, p. 83-92, dez. 2013.

SAVATER, Fernando. *El valor de educar*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1997.

TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente, 1996.

_____. *Quem ama, educa*. São Paulo: Gente. 2002.

ZAGURY, Tânia. *Escola sem conflitos: parcerias com os pais*. Rio de Janeiro: Recorde, 2002.